

Decisão traz alívio para os senadores

'Foi uma atitude prudente. Não havia clima', afirma o líder do PDT, Jefferson Peres

Roberto Stuckert Filho

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. Foi um alívio para os senadores a decisão do colega Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de abrir mão de sua indicação para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Integrantes de todos os partidos elogiaram a atitude, pois temiam que a insistência deflagrasse uma guerra política que poderia paralisar os trabalhos legislativos. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), lembrou que Antonio Carlos tem "grande experiência política". Já o presidente do PT, José Genoino, ressaltou que a atitude do senador foi positiva.

— Foi uma atitude pessoal, uma decisão de foro íntimo. O senador Antonio Carlos tem grande experiência política e será sempre no Congresso a expressão de sua liderança — afirmou Sarney.

A desistência de Antonio Carlos foi o assunto de todas as rodas de conversa no plenário da Câmara nos minutos que antecederam a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi ao Congresso ler a mensagem do Executivo na reabertura dos trabalhos do Legislativo. O líder do PDT, senador Jefferson Peres (AM), comentou que se o senador insistisse em presidir a comissão deixaria o Senado em situação de grande constrangimento.

— Foi uma atitude prudente. Não havia clima. Há fortes indícios, mas não há provas. Nós também temos que ser prudentes para não parecer que queremos expulsá-lo daqui — disse Peres.

Camata diz que Antonio Carlos está tentando evitar o pior

A seu lado, o senador Amir Lando (PMDB-RO) dizia que Antonio Carlos tinha deixado sua digitais na escuta telefônica e que o caso deveria ser analisado pelo Conselho de Ética. Na mesma roda o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que o pefelista estava evitando o pior ao abrir mão da comissão:

— Se ele fica e é recusado pelos senadores da comissão, ele estaria condenado.

Antonio Carlos chegou ao plenário escoltado pelo líder do PFL, José Agripino (RN), pelos deputados Paulo Magalhães, Antonio Carlos Magalhães Neto e José Rocha e pelos senadores baianos Rodolpho Tourinho e Cesar Borges, também do PFL. Alguns poucos foram cumprimentá-lo, entre os quais o futuro presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA).

— A situação do senador não está frágil. Ele teve uma atitude corajosa e consciente. Não vejo como reconhecimento de culpa — afirmou Agripino.



ANTONIO CARLOS, ao centro, conversa com Agripino e Suplicy, antes da chegada de Lula ao Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também foi até Antonio Carlos. Depois de uma conversa rápida, o petista contou que Antonio Carlos havia se inspirado em suas declarações de que ele deveria desistir da comissão enquanto não fosse esclarecido o caso do grampo na Bahia.

— Antonio Carlos me disse que percebeu que a minha sugestão era o melhor caminho a seguir — relatou Suplicy.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) limitou-se a dizer que respeitava a decisão do correliçãoário.

— Ele tomou uma atitude e eu o respeito — disse Maciel, lacônico.

Mas o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) elogiou o pefelista, dizendo que a decisão de abrir mão da CCJ era uma atitude elegante. Tasso demonstrou que estava preocupado com a possibilidade de o Congresso viver uma guerra semelhante à que envolveu Antonio Carlos e o atual deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) quando este presidia o Senado.

— Antonio Carlos tomou uma atitude elegante. O importante é que a investigação aconteça. Se chegar a alguma coisa, o Conselho de Ética será acionado. Não é bom para o Senado começar a legislatura tratando disso.

"Se ele fica e é recusado pelos senadores da comissão, estaria condenado"

GERSON CAMATA

Temos uma agenda de reformas pela frente e o Senado não poderia, de novo, passar um ano tratando de questões menores — afirmou Tasso.

Os peemedebistas estavam exultantes com o desfecho do caso. Antes de Antonio Carlos desistir da comissão, eles acham que o senador baiano não teria condições de presidir a comissão, mesmo que conseguisse ser eleito. E, nas conversas,

comparavam sua situação com a do ex-senador Luiz Estevão, que em 1999, durante o escândalo do TRT paulista, forçou sua nomeação para a relatoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas não conseguiu exercer a função, sendo obrigado a renunciar.

Renan afirma que é preciso esperar investigação da Polícia Federal

Muitos senadores acham que Antonio Carlos buscou se preservar ao não ir para a presidência da CCJ, onde todas as atenções estariam voltadas para ele.

— A decisão cabia unicamente a ele. Foi uma boa solução. Vamos esperar a investigação da Polícia Federal — disse o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). ■

COLABOROU Isabel Braga